

ENTRE ESPAÇOS FORMATIVOS E DE INTERVENÇÃO SOCIAL: o associativismo de Pompília Lopes dos Santos

*Lucas Fíngolo Claras
Rosa Lydía Teixeira Corrêa*

Resumo

O presente trabalho discute práticas de intervenção social de mulheres através do associativismo que tinha práticas com um fundo religioso, tomando por base a atuação de Pompília Lopes dos Santos, uma professora paranaense tendo maior atenção no período das décadas de 1930 e 1970. O objetivo é identificar como os princípios da religião cristã-católica estão tão imbricados em nossa cultura que exercem uma influência sobre práticas de sujeitos que não necessariamente se ligam ao grupo do laicato católico, nem questionam tais influências. Tendo por base teórico-metodológica a História Cultural que busca compreender como os sentidos e práticas são construídos, entendemos que o envolvimento de Pompília com grupos associativistas de mulheres, como o Centro Paranaense Feminino de Cultura, o Clube Soroptimista de Curitiba e a União Cívica Feminina, foi um caminho legítimo que ela e suas contemporâneas encontraram para ampliar suas participações sociais e desenvolverem ações que tinham um fundo moral baseado em valores do cristianismo, em especial do catolicismo.

Palavras-chave: associativismo; práticas de intervenção social; catolicismo difuso.

AMONG EDUCATIONAL AND SOCIAL INTERVENTION SPACES: the Pompília Lopes dos Santos' associativism

Abstract

This research examines women's social intervention practices through associativism with religious bases, focusing on the work of Pompília Lopes dos Santos, a teacher from Paraná, with particular attention to the period between the 1930s and the 1970s. The objective is to identify how the principles of the Catholic Christian religion are so deeply embedded in our culture that they exert an influence on the practices of individuals who are not necessarily affiliated with the Catholic laity, nor do they question such influences. Using Cultural History as our theoretical and methodological foundation, which seeks to understand how meanings and practices are constructed, we understand that Pompília's involvement with women's associations, such as the Centro Paranaense Feminino de Cultura, the Soroptimist Club of Curitiba, and the União Cívica Feminina, was a legitimate path that she and her contemporaries found to expand their social participation and develop actions based on Christian values, particularly those of Catholicism.

Keywords: associativism; social intervention practices; diffuse catholicism.

ENTRE LOS ESPACIOS DE FORMACIÓN Y DE INTERVENCIÓN SOCIAL: el asociacionismo de Pompília Lopes dos Santos

Resumen

El presente trabajo analiza las prácticas de intervención social de las mujeres a través del asociacionismo de carácter religioso, tomando como referencia la trayectoria de Pompília Lopes dos Santos, una profesora de Paraná, con especial atención al periodo comprendido entre las décadas de 1930 y 1970. El objetivo es identificar cómo los principios de la religión católica están tan entrelazados con nuestra cultura que ejercen

una influencia sobre las prácticas de sujetos que no necesariamente se vinculan al grupo del laicado católico, ni cuestionan tales influencias. Partiendo de una base teórico-metodológica de la Historia de la Cultura, que busca comprender cómo se construyen los significados y las prácticas, entendemos que la implicación de Pompília con grupos asociativos de mujeres, como el Centro Paranaense Feminino de Cultura, el Clube Soroptimista de Curitiba y la União Cívica Feminina, fue un camino legítimo que ella y sus contemporáneas encontraron para ampliar su participación social y desarrollar acciones que tenían un trasfondo moral basado en los valores del cristianismo, en especial del catolicismo.

Palabras clave: asociacionismo; prácticas de intervención social; catolicismo difuso.

INTRODUÇÃO

A professora paranaense, Pompília Lopes dos Santos (1900-1993), teve uma trajetória que não se restringiu aos espaços escolares. Essa mulher desenvolveu atividades nos campos literário e artístico no Paraná, destacando-se na liderança da criação da Academia Feminina de Letras do Paraná (1970). Embora seja lembrada como a primeira mulher a ingressar na Academia Paranaense de Letras em 1991, Pompília também desenvolveu atividades assistencialistas, e seu envolvimento com diferentes grupos e agremiações foi um importante elemento para que efetivasse os trabalhos que pretendia, tanto culturais como sociais.

Alguns grupos que a escritora participou foram o Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC) e o Centro de Letras do Paraná (CLP), dois espaços de fomento à cultura, e no caso do CPFC também era um local que promovia atividades assistenciais. Além desses dois grupos, a professora também integrou a União Cívica Feminina (UCF), grupo que pretendia uma intervenção sociopolítica com caráter moralista. Pompília ainda liderou a fundação da União Pró-Temperança (1953), grupo criado para ajudar pessoas a superarem o vício do alcoolismo, a seção curitibana do Clube Soroptimista (1956), entidade internacional voltada para o auxílio de meninas, moças e mulheres com problemas sociais com núcleos em diferentes países e cidades do Brasil, a já mencionada Academia Feminina de Letras do Paraná (1970) e a Sala do Poeta (1973), atual Academia Paranaense de Poesia. Destaca-se que muitas mulheres frequentavam esses mesmos espaços com perfis heterogêneos, mesmo assim havia uma certa identificação com ideias ligadas ao conservadorismo que se sustentava no ideal de tradição, e nesse sentido, os princípios tradicionais do cristianismo, em especial do catolicismo, orientaram algumas ações dessas personagens.

No caso de Pompília, não identificamos uma atuação próxima entre ela e o projeto da Igreja Católica, diferente de Dalila de Castro Gomes¹, nome destacado do grupo católico na capital paranaense, que é lembrada e elogiada pela professora paranaense em seu livro *Trilha Especial* (Santos, 1987). Mas, ainda que a escritora não fosse uma integrante do laicato católico, percebemos diferentes elementos associados aos valores cristãos em práticas sociais e assistenciais que ela desenvolveu ao longo de sua trajetória.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho é identificar a presença de princípios associados ao cristianismo nas ações sociais desenvolvidas por Pompília Lopes dos Santos e dos grupos dos quais participou através do associativismo. Com essa investigação, buscamos observar como a religião cristã-católica está tão imbricada em determinados espaços sociais e na cultura que orientou as

¹ Dalila de Castro Lacerda (1910-2004) dedicou-se a atividades assistenciais com estreita ligação com a Igreja Católica. Foi fundadora da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba e da União Cívica Feminina de Curitiba. Foi casada com Flávio Suplicy de Lacerda, ex-reitor da Universidade Federal do Paraná e ex-ministro da Educação durante a Ditadura Militar no Brasil (Santos, 1987, p. 50).

ações de sujeitos que não necessariamente atuavam em nome de algum grupo ou organização religiosos.

As fontes utilizadas foram publicações em periódicos entre as décadas de 1940 e 1960, e escritos de Pompília. Ancorados teórico-metodologicamente na História Cultural que tem como objetivo entender “[...] o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1988, p. 16-17), buscamos investigar as práticas empreendidas por Pompília e suas confradeiras para identificar a presença do cristianismo em suas ações. A análise foi dividida em duas partes, primeiro identificando a ampliação dos espaços sociais de mulheres no século XX e as associações que a escritora participou, e então nos debruçamos sobre algumas práticas que a professora paranaense se envolveu pelo associativismo, identificando os princípios que orientaram suas ações.

Destaca-se que sua família morava em Curitiba e o sustento familiar vinha do comércio que seu pai tinha na capital paranaense, mas uma ressalva importante é que embora ela tenha tido uma formação católica, tendo estudado um tempo no Colégio Divina Providência em Curitiba e relata em *Caminhada* (1975) que batizou seus filhos, a professora teve uma estreita relação com nomes anticlericais curitibanos do início do século XX, como o professor Dario Vellozo. Ao se referir ao seu professor dos tempos da Escola Normal de Curitiba em *À paz – sim! À Guerra – não!* (1986), Pompília se colocou como uma discípula que teve na defesa da paz “[...] o testamento social e cívico do devotado Mestre.” (Santos, 1986, p. 12). Além disso, por influência da família de seu marido que era espírita, a professora acabou se afastando das práticas religiosas católicas. Apesar desse distanciamento do catolicismo ao longo de sua vida, em nenhum momento, até o final de sua vida em 1993, quando faleceu com 93 anos, foi identificada uma crítica ou posicionamento contrário aos princípios cristãos. Assim, permanece nosso entendimento de que os valores tradicionais cristãos-católicos estavam tão difundidos que não eram questionados e acabavam influenciando práticas de sujeitos que não necessariamente eram religiosos.

O ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA PARA A ATUAÇÃO SOCIAL DE MULHERES

A atuação de mulheres em rede foi uma estratégia empregada principalmente por membros dos estratos sociais privilegiados, questão investigada por Martins (2015), que revela que a partir do século XIX, período em que se consolida a ideia de espaço privado destinado às mulheres, e espaço público como masculino, algumas práticas borraram essa divisão e favoreceram a entrada de novas personagens no debate social. Uma bandeira levantada por mulheres para se firmarem de maneira legítima no espaço público foi o da defesa da filantropia e ações caritativas que estavam em consonância com a suposta vocação maternal da mulher. Nesse sentido, a partir de ações filantrópicas, as mulheres passaram a ocupar outros espaços participando do debate público:

Devido à extensão desse deslizamento do privado para o público e de seus múltiplos significados e desdobramentos, é preciso tratar o envolvimento das mulheres com a filantropia não como um fenômeno homogêneo das classes privilegiadas ou de mulheres ociosas que não tinham o que fazer, mas observar atentamente sua singularidade e suas variações, afinal foi um ponto de partida para o exercício de dominação de classe, mas também para outras experiências sociais e políticas das mulheres, entre elas o envolvimento com o abolicionismo, a luta pelos direitos civis e políticos das mulheres e com uma grande diversidade de causas sociais e culturais (Martins, 2015, p. 22).

Homens e mulheres eram chamados para desenvolver trabalhos de cuidado com os mais necessitados, mas havia um apelo maior para que as mulheres desenvolvessem o que Martins (2015, p. 18) chama de “trabalho do coração”. Assim, progressivamente foram surgindo espaços criados por mulheres e para mulheres que promoviam o assistencialismo e a filantropia, e que eram orientados por princípios cristãos.

Ao tratarmos da atuação de mulheres no século XX é necessário problematizar a questão do feminismo, e no caso de Pompília Lopes dos Santos e do grupo do qual ela fazia parte, devemos ter maior atenção para a primeira onda feminista no Brasil. Para Moura (2018), esse primeiro momento do feminismo no país ocorreu na virada do século XIX para o XX tendo sido marcado pela luta pelo sufrágio feminino e pela defesa de uma maior participação de mulheres no mundo do trabalho e de seu acesso aos diferentes níveis de educação. Com base em sua análise do jornal *A Família*², Moura (2018, p. 70) demonstra como esse foi um dos periódicos utilizados por mulheres escritoras para a divulgação do ideário feminista em nosso país. Nesse contexto, houve também o envolvimento de mulheres operárias adeptas ao anarquismo para lutar por uma maior participação na política, o que levou à criação do Partido Republicano Feminino em 1910 para organizar outra frente na luta política das mulheres.

Essa indicação demonstra como mulheres de diferentes segmentos da sociedade brasileira do início do século XX participaram da luta feminista em defesa do direito ao voto, que nessa primeira onda ainda contou com o envolvimento de mulheres ligadas ao laicato católico. A forma de ação privilegiada empregada por essas personagens foi a do associativismo que, segundo Martins (2016), foi uma estratégia simbolicamente autorizada que mulheres das camadas sociais mais altas encontraram para participarem dos debates públicos. Campanhas de arrecadação e de doação de donativos e de roupas foram algumas ações realizadas em associações de mulheres que contribuíam para legitimar esses espaços.

Contudo, esses locais não se restringiram ao assistencialismo, e com o tempo, elas começaram a defender outras questões, como a educação de mulheres, muito embora agissem de modo a evitar entrar o confronto com normas tradicionais:

Pensamos no associativismo feminino como uma margem de ação a partir da qual as mulheres entraram em contato com o mundo público e político e com problemas sociais muito diversos, exigindo de muitas delas não só disposição para servir, mas também informação, capacidade de negociação, colaboração, ação em rede e aquisição de habilidades e conhecimentos, como o uso da palavra pública, conhecimento da legislação e a administração de recursos financeiros (Martins, 2016, p. 4).

Essa ampliação da presença pública de mulheres foi também uma conquista do movimento feminista, e apesar da resistência da Igreja Católica ao movimento, as mulheres ligadas ao laicato católico também ambicionavam uma maior participação na sociedade. Foi então que a Igreja entrou no debate ao ressignificar o termo *feminismo* aderindo a causa (Martins, 2020, p. 106). A ressignificação feita pelos católicos implicava em conciliar os tradicionais valores cristãos com as reivindicações do movimento, o que levou ao chamado *feminismo cristão* e orientou a atuação de mulheres católicas. (Martins, 2020, 2021)

Em Curitiba, foi criado em 1933 o Centro Paranaense Feminino de Cultura, espaço integrado “[...] por mulheres procedentes das famílias tradicionais da cidade que aspiravam incorporar as conquistas alcançadas pelo movimento feminista” (Bueno, 2020, p. 145). Mas, o

² O jornal *A Família* circulou nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro no final do século XIX e contou com uma grande presença de mulheres entre as autoras dos textos publicados no periódico. (MOURA, 2018)

feminismo praticado por essas mulheres apenas considerava as conquistas feministas que eram consideradas positivas, de modo que elas praticavam *um feminismo no bom sentido*:

Defendendo, portanto, o desenvolvimento intelectual para as mulheres, as centristas apoiavam-se em argumentos que dificilmente poderiam ser contestados dentro dos ambientes letrados nos quais elas transitavam. Sua estratégia era a de defender um “feminismo no bom sentido”, como proclamou um articulista numa matéria sobre o CPFC. Apenas com muita cautela elas utilizavam o termo feminismo, argumentando sempre que não defendiam ideias impróprias, que não fossem condizentes com a “natureza feminina”, mas sim procuravam valorizar a mulher e prepará-la para os papéis dentro da família e da sociedade que não podiam ser negligenciados. Pensavam elas que as participantes do CPFC serviriam como difusoras de novos valores sociais nos meios femininos do estado do Paraná, procurando demonstrar assim o valor de uma associação desse tipo. O CPFC era então um espaço na cidade de Curitiba que permitia o desenvolvimento de um grupo de mulheres, contribuindo nos aspectos intelectual, físico e social para a formação de “mulheres modernas”, como elas mesmas afirmavam (Seixas, 2011, p. 81-82).

Essa concepção de feminismo que conciliava os avanços do movimento com valores tradicionais ligados ao cristianismo se aproxima do conceito de *maternalismo*. Tendo se fortalecido ao longo da primeira metade do século XX no Brasil, o maternalismo conciliava o feminismo aos valores cristãos ao defender que mulheres desempenhassem atividades sociais que valorizassem suas *características naturais* que eram aquelas voltadas para o cuidado e caridade com os necessitados e como defensoras da moral:

O maternalismo, além de valorizar a posição das mulheres no âmbito doméstico, contribuiu também para criar novos espaços profissionais nos quais elas se transformariam em maioria, atuando como professoras, enfermeiras, pediatras, assistentes sociais, visitadoras de saúde. A promoção da mulher como mãe, educadora e auxiliar do médico veio reforçar o valor de suas funções sociais, contribuindo inclusive para abalar parcialmente a autoridade masculina sobre a família, além de contribuir para o incremento da participação feminina em diferentes espaços (Seixas, 2011, p. 40).

Foi através desses arranjos no interior do debate sobre o feminismo que os grupos ligados à Igreja Católica e ao conservadorismo propuseram uma representação de feminismo em confluência com os valores tradicionais. Assim, como defensoras da moral com fortes marcas das ditas *sensibilidades femininas* – bondade e caridade –, que mulheres de camadas mais altas da sociedade ampliaram seus campos de atuação. Através desses espaços, Pompília Lopes dos Santos desenvolveu um conjunto de práticas sociais que fez com ela fosse identificada com o *bom feminismo*, como indicado em uma publicação do jornal *O Dia* (06 nov. 1948, p. 8):

A professora Pompília Lopes dos Santos tem tido atuação de relevo no sentido do maior incremento do movimento feminista em nosso Estado, para que a Mulher venha a ocupar o lugar que realmente lhe compete na sociedade paranaense, quer pelas suas qualidades de coração, quer pela sua cultura e pela sua contribuição ao progresso geral da nossa terra (O Dia, 06 nov. 1948, p. 8).

Em diferentes momentos a escritora paranaense se mostrou contrária ao feminismo, tendo inclusive escrito um texto intitulado *Você é Feminista?* (Santos, 11 mar. 1989) em que critica o movimento por entender que ele promovia disputas entre homens e mulheres, defendendo em seu lugar a convivência pacífica entre todos. Assim, o fato de ela ter sido identificada como uma “boa

feminista' decorre de que, ao promover a expansão da presença de mulheres na sociedade sem romper com papéis tradicionais de gênero, a professora encarnava precisamente essa ideia de 'bom feminismo'. Desse modo, a escritora mantinha uma aproximação com os princípios católicos, mesmo que ela não se vinculasse ao grupo do laicato da Igreja em Curitiba, apesar de sua proximidade a nomes ligados ao grupo.

As ações assistenciais-filantrópicas praticadas no CPFC eram realizadas por mulheres ligadas à elite curitibana, mas, em 1948, quando Pompília se tornou presidente do Centro, ela defendeu que não houvesse distinção de classe entre as integrantes daquele espaço que estaria aberto para todas que quisessem aumentar seu conhecimento sobre temáticas culturais:

[...] é interessante que Pompília proclamasse uma universalidade nos objetivos da associação, defendendo o acesso ao conhecimento também para aquelas que provinham de uma situação desfavorecida econômica e culturalmente. Ao contrário da maior parte das mulheres de seu estrato social, ela parece ter tido uma consciência mais aguçada das diferenças marcantes entre as experiências femininas nas diferentes classes e, de alguma forma, almejava amenizar tais diferenças aproximando mulheres mais humildes do CPFC. Na prática, contudo, foi somente pela assistência prestada pelo Posto de Puericultura que isso se deu, o que manteve a distância entre as que prestavam o auxílio e organizavam as festividades benemerentes e as que eram as beneficiárias dessas ações (Seixas, 2011, p. 121).

Isso evidencia que o CPFC era um local de formação que promovia desde atividades culturais, até cursos práticos como o citado curso de puericultura na década de 1940. Assim, esse grupo de mulheres que frequentava o Centro estava atento aos debates de seu tempo e embora não tivesse claramente uma orientação religiosa, ele era integrado por personalidades com maior e menor grau de relação com o catolicismo que pareciam convergir nos principais pontos. Sobre essas diferenças entre os perfis de mulheres do período, Martins (2023, p. 66) afirma que:

Parece que no Brasil, apesar de algumas posições intransigentes do catolicismo militante das décadas de 1920 e 1930, as diferenças de opinião sobre educação, casamento, família e feminismo não foram suficientes para separar em grupos estanques e intransigentes as mulheres de elite. No trabalho assistencial, feministas e católicas convergiram para um conservadorismo emancipado, ou como já me referi a uma delas, a advogada Rosy Pinheiro Lima, foram modernas mulheres conservadoras [...] Apesar do paradoxo desta formulação, em alguns assuntos o padrão conservador se impunha, em outros, o ímpeto emancipacionista parecia prevalecer, mas isso variava conforme a posição ocupada por aquelas mulheres, como também é preciso considerar as singularidades subjetivas, como é o caso de Jeronyma Mesquita, de Bertha Lutz e mesmo de Eugenia Hamann.

Destaca-se que Rosy Pinheiro Lima³ foi uma das fundadoras do CPFC. Assim, sejam elas as ditas *boas feministas* ou *modernas mulheres conservadoras*, o que observamos é que os princípios religiosos do cristianismo estavam tão permeados na sociedade daquela época que mesmo mulheres que não atuavam em nome de um projeto religioso de sociedade acabavam reproduzindo valores católicos em suas práticas. No caso de Pompília, a caridade se manifestou ainda na criação da União Pró-Temperança (1953) que tinha como objetivo “[...] ajudar os alcoólatras e combater o vício da bebida. A decadência dos que se entregavam à bebida era mostrada nos colégios, em palestras para

³ Rosy Pinheiro Lima (1914-2002) foi uma advogada eleita a primeira deputada estadual do Paraná em 1947. Foi também cofundadora do Centro Paranaense Feminino de Cultura e da União Cívica Feminina de Curitiba (Santos, 1985, p. 284).

os alunos” (Branco, 23 de mar. de 1985, p. 16). Conforme noticiado em *O Estado de Florianópolis* (25 mai. 1965), a professora participou de um programa na Rádio Diário da Manhã na capital catarinense para falar dos problemas decorrentes do alcoolismo.

Já em 1956, a escritora liderou a criação da seção do Clube Soroptimista em Curitiba, uma instituição fundada na década de 1920 nos Estados Unidos e trazida para o Brasil nos anos de 1940 que tem como objetivo amparar mulheres e moças socioeconomicamente. A criação da seção curitibana da entidade é relatada por Pompília em *Caminhada* (1975) onde afirma ter sido convidada por Paula Amaral e Celeste Fausto de Souza que haviam vindo do Rio de Janeiro trazendo-lhe uma mensagem de Sophia Jobim Magno de Carvalho, uma das pioneiras do movimento Soroptimista no Brasil, que a convidava para criar o Clube Soroptimista de Curitiba:

Pois bem, Sophia me expunha seu plano de expandir o Soroptimismo entre nós e pedia-me que conseguisse local para realizar uma palestra elucidativa dos ideais que desejava divulgar. Acrescentou que traria sua prima Marita Pinheiro Machado para completar o programa com números de declamação. Pediu-me, também, que fizesse convites.

Então, naquela fria tarde de inverno, sob a chuvinha fina e constante, saí de casa com as duas senhoras e *entrei no carro para agir, pela primeira vez, em prol do Soroptimismo.*

O Diretor da Biblioteca Pública, Dr. Boleslau Ilnik, prontamente nos cedeu o Auditório para o dia aprasado.

Em seguida convidamos grande número de pessoas receptivas e de boa disposição para a aquisição de novos conhecimentos.

Aceitamos o Soroptimismo porque *já éramos Soroptimistas em potencial.*

E concluímos que em conjunto nossa ação teria mais força. Portanto nos decidimos a criar o Clube Soroptimista de Curitiba, o que teve lugar na sala de recepções do LORD HOTEL, onde nossas amigas estavam hospedadas.

Minhas conterrâneas me aclamaram Presidente do Clube. E, terminada a primeira gestão, me reelegeram (Santos, 1975, p. 96, grifo no original).

Nomes ligados aos CPFC e à UCF, que veremos ter sido outra importante associação de mulheres em Curitiba, também se tornaram soroptimistas, como Dalila de Castro Lacerda e Carmen Gomes. Em uma publicação de *O Dia* (19 jun. 1956, p. 5) é noticiada a criação do Clube Soroptimista por Sophia Jobim Magno de Carvalho e Marita Pinheiro Machado, respectivamente diretora e presidente da instituição no Rio de Janeiro. Embora o jornal tenha se referido ao clube como uma instituição de mulheres, filantrópica, areligiosa e apartidária que buscava ajudar as mais necessitadas, o que notamos é que algumas mulheres que ingressaram nesse grupo eram manifestadamente católicas.

A UCF foi outra agremiação integrada por Pompília. A instituição, fundada em 1963, pretendia a realização de atividades sociais e cívicas tendo por base princípios religiosos que orientavam práticas e ações da entidade. Suas duas principais lideranças eram “[...] Dalila de Castro Lacerda e Rosy Pinheiro Lima. A grande maioria de suas associadas era oriunda das camadas médias tradicionais” (Codato, Oliveira, 2004, p. 286). Para evidenciar o sentido religioso das ações desenvolvidas pela UCF destacamos uma carta escrita por Rosy Pinheiro Lima, então presidente da agremiação, que era direcionada a deputados da Assembleia Legislativa do Paraná. Não há a indicação da data que a correspondência foi escrita, mas somos levados a crer que tenha sido enviada nos primeiros anos de funcionamento da entidade. No segundo parágrafo do texto, é destacado o sentido religioso que orientou o trabalho daquelas mulheres ao afirmar que “como já é de seu conhecimento, a UCF Paranaense, reunindo e representando a mulher paranaense, se propõe a lutar pela defesa, manutenção e aperfeiçoamento das instituições democráticas, *em bases*

cristãs” (Lima, s. d., s. p., grifo do autor)⁴. Na sequência do documento, é realçada a intenção de que as integrantes da UCF permanecessem atentas às questões que estavam sendo debatidas e que elas tomariam partido quando necessário, fosse para apoiar algum posicionamento ou para criticar alguma declaração que contrariasse seus princípios.

Com a indicação desses espaços, entendemos que o trânsito dessas mulheres por esses variados locais demonstra como esta era uma prática das sociabilidades dessas agentes e indica ainda os ganhos que teriam por integrar tais grupos. Com a identificação desses locais e as características das mulheres que os frequentava, é necessário evidenciar as atividades que eram neles desenvolvidas e como os princípios morais religiosos influenciaram essas ações.

PRÁTICAS SOCIAIS DE POMPÍLIA

Além de ter participado da UCF, entidade manifestadamente baseada em princípios cristãos, Pompília também se envolveu em campanhas de caráter moralista que tinham forte apelo na moral cristã-católica. Em janeiro de 1956, enquanto presidente do Centro de Letras do Paraná, ela foi uma das signatárias da “Campanha de Moralização” que teve seu texto publicado no jornal *Diário do Paraná* (06 jan. 1956, p. 9):

As senhoras e senhoritas desta capital, representadas pelas suas principais Congregações e Associações, fazem um apelo a todas as autoridades e ao povo em geral, sem distinção de raça, classe ou religião, para que participem da campanha da Moralização. Inicialmente serão combatidas as modernas folhinhas calendários que tanto afrontam a decência e o pudor feminino.

Outras mulheres que assinaram o documento foram Dalila de Castro Lacerda, então presidente da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, Conceição de Castro Araújo, à época proprietária do *Diário do Paraná* e Leonor Garcez de Oliveira Melo, que exercia o cargo de presidente da Ação Católica. Essa campanha tinha um caráter marcadamente moralista e defendia como universal o combate dos calendários com fotos que afrontavam a decência não por outra razão senão pela sexualização das mulheres. Esse pudor e a defesa de cuidado com o corpo tem sua origem na tradição judaico-cristã, o que demonstra como essa moral de fundo religioso estava tão impregnada na sociedade da época que fazia com que nem fosse questionada a origem desse valor. Entendemos que a participação de Pompília nessa campanha moralizadora indica que seus princípios e orientação moral estavam em sintonia com aqueles professados por mulheres do laicato paranaense da década de 1950.

No campo assistencial, a escritora promoveu ações de amparo a grupos sociais específicos. Através da União Pró-Temperança ela buscava auxiliar dependentes do alcoolismo, inclusive, como vimos, promovendo palestras e entrevistas. No Clube Soroptimista, em função de seu trabalho de cuidado e de amparo às mulheres e moças, em maio de 1969, a professora foi premiada com o troféu de Mãe Soroptimista (Franciosi, 16 mai. 1969, p. 9) e seguiu participando de atividades do grupo até o fim de sua vida.

Já através da UCF, a escritora desenvolveu uma outra atividade de amparo a um grupo social marginalizado. Em 1956, a autora publicou seu segundo livro intitulado *Fila Triste*, que trata da reintegração social de egressos do sistema prisional. Em uma publicação de *Correio Braziliense* (14

⁴ Para facilitar a identificação da fonte disponibilizamos em anexo a carta indicada (Anexo A). A carta está disponível para consulta no acervo do Arquivo Público do Paraná entre os documentos referentes à UCF.

out. 1985, p. 18) que falava da noite de autógrafos que Pompília realizou em Brasília no lançamento de *Sesquicentenário da Poesia Paranaense*, uma antologia dos poetas paranaenses, é dito que a inspiração para a criação de *Fila triste* surgiu após ela ter visto as filas de parentes de prisioneiros que iam visitá-los, o que despertou seu interesse sobre aquele contexto. Assim, a autora buscou tanto “[...] humanizar o pessoal que trabalha em penitenciárias, desde o diretor até o guarda [...]” (Correio Braziliense, 14 out. 1985, p. 18), como “[...] recuperar os que erraram porque a recuperação depende das chances que se dá a eles” (Correio Braziliense, 14 out. 1985, p. 18).

Visando contribuir para a reinserção de egressos de penitenciárias, Pompília liderou a criação da Instituição de Recuperação dos Presidiários que “[...] funciona como relações públicas em estabelecimentos comerciais e industriais dando consciência e encorajando a seus dirigentes na contratação de ex-presidiários” (Correio Braziliense, 1985, p. 18). Nas diferentes frentes de atuação que se envolveu, a professora sempre pareceu participar de grupos para desenvolver um trabalho com maior impacto.

Nesse sentido, a escritora escreveu uma carta à Dalila de Castro Lacerda, então presidente da UCF, solicitando a criação de uma comissão para tratar da Recuperação de Egressos das Penitenciárias. Essa comissão acompanharia as pessoas recém-libertas auxiliando-as em diferentes aspectos, desde profissional até religioso com pessoas de diferentes crenças que as apoiassem nesse processo para melhorar a vida das famílias dos ex-detentos. Ao final da carta, Pompília também solicitou que espaços semelhantes a esse fossem criados em outras sedes do UCF em cidades do Brasil (Santos, 1971), sugestão essa que foi seguida. Embora não saibamos se houve a criação de comissões semelhantes em outros locais do Brasil, sabemos que na VI Convenção Nacional da UCF houve um grupo de trabalho para debater o tema dos presídios brasileiros.

Essas práticas empreendidas por Pompília, ora se dedicando ao auxílio às mulheres, ora promovendo ações de superação do alcoolismo que destruíam famílias, ou ainda contribuindo para uma nova chance àqueles que cometeram erros, revela marcas do trabalho de um grupo de mulheres que se valeu do associativismo assistencial para que, cuidando dos mais necessitados, ampliassem sua intervenção social tendo princípios religiosos como base para suas ações.

As moças das camadas médias e altas da sociedade eram ensinadas para serem bondosas e caridosas observando princípios morais de justiça desde o início do século XX, como Trindade (1996, p. 166) relata ao indicar que o assistencialismo já era uma prática corrente de mulheres de setores privilegiados da sociedade curitibana durante o período circunscrito da Primeira República:

Desenvolve-se, por essa via, um feminismo protecionista, que se diz defensor das camadas desprivilegiadas, promotor de associações caritativas e de “campanhas de saneamento” destinadas a resolver as mais diversas “questões sociais”. Para suas ideólogas, casamento e divórcio, maternidade desvalida, sexualidade feminina, infanticídio e menor abandonado só entram em cogitação sob o aspecto discriminador da patologia social. Ignorância, miséria e prostituição são, para elas, problemas “morais” das classes inferiores, extremamente distantes de suas cogitações; dispõem-se, então, a atender, apenas de passagem, a alguns males irremediáveis.

Assim, a atuação de Pompília reflete o processo educativo que ela e suas colegas passaram. Esse excerto vai de encontro a um entendimento que tínhamos no início da pesquisa de que as ações assistencialistas desempenhadas por essas mulheres dependiam do sujeito que seria o foco de atenção. De modo que os princípios morais estabeleciam quem seria ou não merecedor do trabalho assistencial desenvolvido por aquelas agentes. E conforme investigamos os trabalhos sociais desenvolvidos pela escritora e identificamos suas práticas assistenciais, consideramos que suas contemporâneas também tiveram uma formação voltada ao trabalho assistencial. O que se

evidencia, portanto, é um processo educativo e formativo dessas mulheres, com destaque para sensibilidades que eram supostamente ligadas a *vocação feminina*, o cuidado com outros.

O agenciamento dessas personagens em um grupo com contornos balizados por princípios tradicionais cristãos contribuiu para importantes frentes de ação social. E, mesmo em um espaço que não previa amplos poderes às mulheres, como o campo no qual Pompília atuou, essas personagens encontraram margens de atuação e de ampliação de sua ação na sociedade. Devido aos trabalhos sociais que desenvolveram, essas mulheres foram reconhecidas e se legitimaram para tomarem posições públicas.

A prática do associativismo possibilitou que mulheres propusessem atividades de maior impacto pela soma dos capitais simbólicos das participantes de uma mesma entidade, como a UCF, o que trazia maior legitimidade para o grupo. Nesse sentido, tomamos de empréstimo o trabalho de Sapiro (2012) no qual a pesquisadora francesa indica oito modelos de intervenção política de intelectuais, que são determinados pelos eixos dominante/dominado, autonomia/heteronomia, generalista/especializado, e dentre esses está o de intelectuais coletivos. Ressalvamos que no enquadramento proposto, esse modo de intervenção intelectual ocorre quando os sujeitos são, em geral, menos providos de capital simbólico e por meio dessa união acumulam seus capitais individuais, sendo que eles são identificados como dominados com grau de autonomia e especialistas. Pode parecer equivocado relacionar esse grupo de mulheres oriundas de uma classe dominante a essa categoria, mas a intenção de citar esse caso não é para discutir essas agentes como intelectuais, e sim por entendermos que essa proposição possibilita pensar outras formas de atuação coletiva. Não pretendemos afirmar que todas as mulheres envolvidas nessas atividades eram implicitamente intelectuais, o que não é possível ser feito nessa pesquisa, mas ao tomarmos a reflexão proposta por Sapiro (2012), podemos considerar que as associações desempenharam essa função para as mulheres por potencializarem suas ações a partir do empréstimo de capital simbólico de cada uma das envolvidas.

Para elucidar o que queremos dizer, podemos citar duas ações desenvolvidas pela União Cívica Feminina em Curitiba. Primeiro, em março de 1964, enquanto ocorriam manifestações em diferentes cidades do Brasil contra o presidente João Goulart (1961-1964), em Curitiba a UCF organizou uma passeata contra o chefe do executivo nacional. Durante os preparativos da manifestação, segundo Codato e Oliveira (2004), as líderes do movimento contaram com o apoio de diferentes políticos e chegaram a se reunir com Ney Braga, então governador do Paraná, para que ele também apoiasse a ação. Esse caso demonstra o trânsito que essas mulheres tinham dentro da elite social e política do estado, até porque elas também integravam esse grupo.

Posteriormente, na década de 1970, no auge da repressão da ditadura, ocorreu uma campanha pela moralização do cinema brasileiro, pois muitos filmes produzidos tinham teor pornográfico. O UCF se colocou à par dos debates, e tomou uma posição baseada em princípios religiosos. Dentre as ações que o grupo realizou, a entidade escreveu uma carta endereçada ao presidente da república, general Ernesto Geisel, alertando para os problemas de ordem moral que ameaçavam o cinema brasileiro e indicava que a iniciativa do senador paranaense, Professor Francisco Accioly R. C. Filho, em defesa do cinema havia sido boicotado pelo presidente do Congresso, por isso as mulheres que integravam a UCF, na figura de sua presidente em exercício, Maria Luiza Bizerril, solicitava o apoio do presidente para combater os vícios que ameaçavam o cinema brasileiro (Anexo B). Esse episódio demonstra como as associações de mulheres foram espaços de atuação em diferentes áreas que tinham na moral religiosa uma base legítima para sua atuação. Para a formação das integrantes do grupo, foi compartilhado entre elas um livro opúsculo do Pe. Emir Calluf intitulado *Apelo em prol do Cinema Nacional* e uma palestra do autor do texto foi

realizada na sede da UCF⁵. A obra traz críticas às produções cinematográficas da época, alertando aos perigos para a formação dos jovens, e sugere ao ministro da educação condicionar o financiamento de filmes mediante a apresentação do roteiro e do teor das produções.

Essa campanha é outro exemplo de ação em rede de mulheres que tinha uma base marcadamente moral. Assim, mesmo aquelas mulheres que, à semelhança de Pompília Lopes dos Santos, não agiam em nome de um projeto religioso, acabavam desempenhando ações que eram influenciadas por princípios religiosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O associativismo foi um caminho legítimo para que as mulheres ampliassem seus espaços de intervenção social, além de ter funcionado como um meio para a formação dessas personagens. Mas, além disso, o que buscamos destacar é como houve o desenvolvimento de atividades e ações que tinha uma base religiosa, e que foi realizado até por mulheres que não integravam grupos diretamente ligados à Igreja Católica.

Assim, o que observamos é uma base moral em práticas desenvolvidas por essas mulheres nos diferentes grupos que elas frequentaram, tanto no Centro Paranaense Feminino de Cultura, como no Clube Soroptimista de Curitiba ou na União Cívica Feminina. Fosse com a indicação clara e manifesta com as campanhas de moralização, primeiro contra as folhinhas de calendários na década de 1950, depois criticando o cinema brasileiro nos anos 1970, ou mesmo com o assistencialismo que buscava amparar grupos sociais marginalizados enfatizando a suposta natureza feminina de bondade e caridade, em todas essas atividades, há a presença de elementos de princípios religiosos que por terem sido tão difundidos na cultura brasileira, influenciaram práticas de pessoas que não se posicionavam publicamente em nome de um projeto religioso.

Além disso, esses valores associados à religião traziam maior legitimidade para o trabalho dessas mulheres. Ao defenderem pautas em consonância com a moral tradicional, essas agentes desempenhavam um papel identificado com o *bom feminismo*, ou seja, de mulheres que defendiam a ampliação de seus espaços sociais sem contestar os papéis tradicionais de gênero.

No caso das ações empreendidas por Pompília Lopes dos Santos através do associativismo, podemos observar esses diferentes pontos. A escritora desenvolveu ações que fez com que fosse identificada como uma “boa feminista”, e mesmo não sendo uma militante católica, os princípios religiosos do cristianismo estavam presentes em suas práticas, de modo que a influência da religião cristã-católica estava tão imbricada nas ações da escritora e de seu grupo, que não havia questionamento sobre a isso.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Algés: Editora Difusão Editorial, 1988.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/SXsL7dJ66LNpS5r3GCd638p/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

⁵ Esse livreto está disponível para consulta no acervo do Arquivo Público do Paraná entre os documentos referentes a União Cívica Feminina.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *A feminilização da filantropia*. *Revista Gênero*, v. 15, n. 2, p. 13-28, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31210>. Acesso em: 14 mar. 2026.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *As mulheres católicas e as origens do Serviço Social: o caso do Instituto Social do Rio de Janeiro (1937-1947)*. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, 1. semestre de 2021, v. 19, p. 184-201. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/56088>. Acesso em: 14 mar. 2026.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Faces femininas do conservadorismo*. Teresina: Cancioneiro, 2023.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Itinerários do associativismo feminino no Brasil: uma história do silêncio. *Delaware Review of Latin America Studies*, v. 17, n. 2, p. 1-13, 14 de nov. de 2016. Disponível em:

https://www.academia.edu/29835759/Itiner%C3%A1rios_do_associativismo_feminino_no_Brasil_uma_hist%C3%B3ria_do_sil%C3%A2ncio. Acesso em: 16 mar. 2026.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues (1861-1926). *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 95-116, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1583>. Acesso em: 14 mar. 2026.

MOURA, Nayara Aparecida. A primeira onda feminista no Brasil: uma análise do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894). *Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, Recife, v. 2, n. 2, 2018, p. 62-86. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/article/view/241600>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SANTOS, Pompília Lopes dos. *Carta de Pompília Lopes dos Santos a Dalila de Castro Lacerda*. Curitiba, 11 mar. 1971.

SANTOS, Pompília Lopes dos. *Caminhada*. CEFET-PR: Curitiba, 1975.

SANTOS, Pompília Lopes dos. *Trilha Especial: conceitos*. Paranaguá, edição patrocinada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, 1987.

SANTOS, Pompília Lopes dos. *Você é Feminista?* Curitiba, 11 mar. 1989.

SAPIRO, Gisèle. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. *Revista Pós Ciências Sociais*. v. 9, nº 17, p. 20-50, jan-jun. 2012. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/990>. Acesso em: 14 mar. 2026.

SEIXAS, Larissa Selhorst. “O feminismo no bom sentido”: o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958). 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1996.

Jornais

BRANCO, Gil Castelo. *Pompília Lopes dos Santos: ela já viveu todos os tempos*. *Correio de Notícias*, Curitiba, 23 mar. 1985, p. 16.

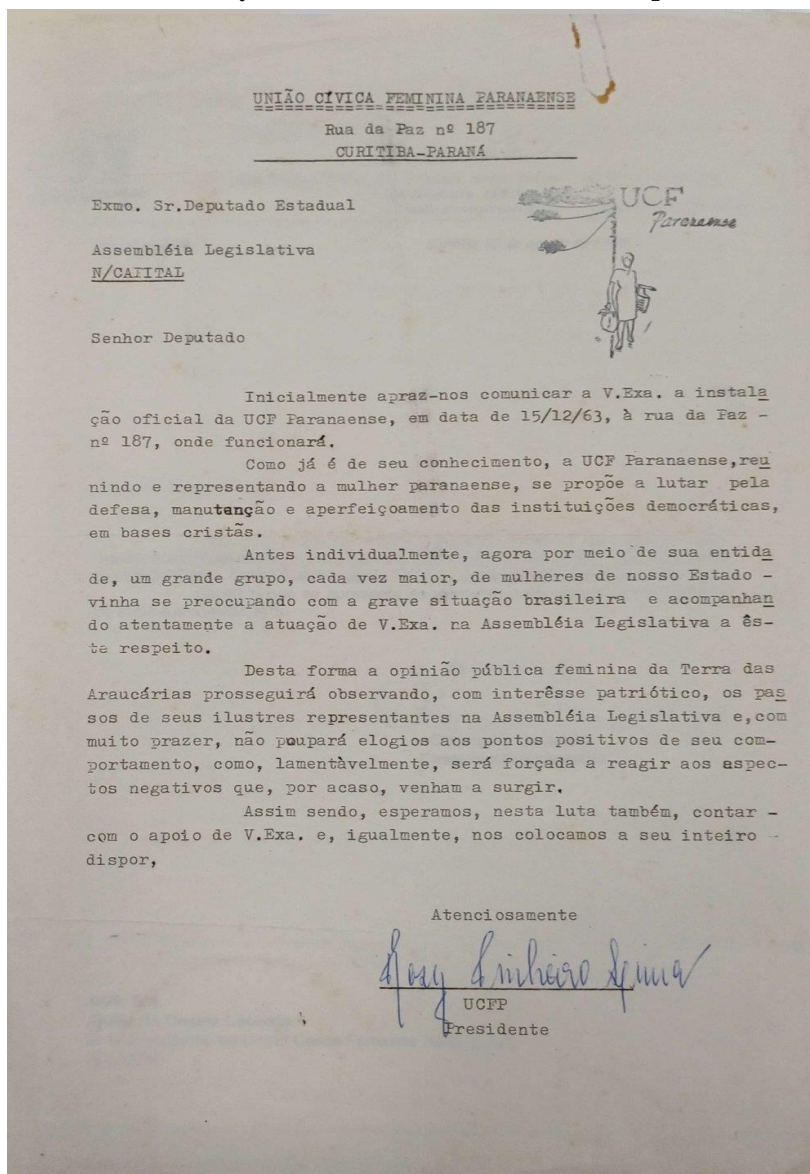
CORREIO BRAZILIENSE. *Mensagens de Pompília Lopes*. *Correio Braziliense*, Brasília, 14 out. 1985, p. 18.

DIÁRIO DO PARANÁ. Campanha de Moralização. *Diário do Paraná*, Curitiba, 6 jan. 1956, p. 9.

FRANCIOSI, Eddy Antonio. Sociedade. *Diário do Paraná*, Curitiba, 16 mai. 1969, p. 9.
O DIA. Vai ser instalado o comitê estadual da Comissão Interamericana de Mulheres. *O Dia*, Curitiba, 06 nov. 1948, p. 8.
O DIA. Clube Soroptimista. *O Dia*, Curitiba, 19 jun. 1956, p. 5.
O ESTADO DE FLORIANÓPOLIS. Em Florianópolis Professora vai falar sobre Abuso de Bebidas Alcoólicas. *O Estado de Florianópolis*, Florianópolis, 25 mai. 1965, p. 8.

ANEXO

Anexo A: Carta de Rosy Pinheiro Lima direcionada a deputados da ALEP



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Paraná, 2026.

Anexo B: Carta de Maria Luiza Bizerril direcionada ao presidente Gen. Ernesto Geisel

Excelentíssimo Senhor
General de Exército Ernesto Geisel
Digníssimo Presidente da
República Federativa do Brasil.

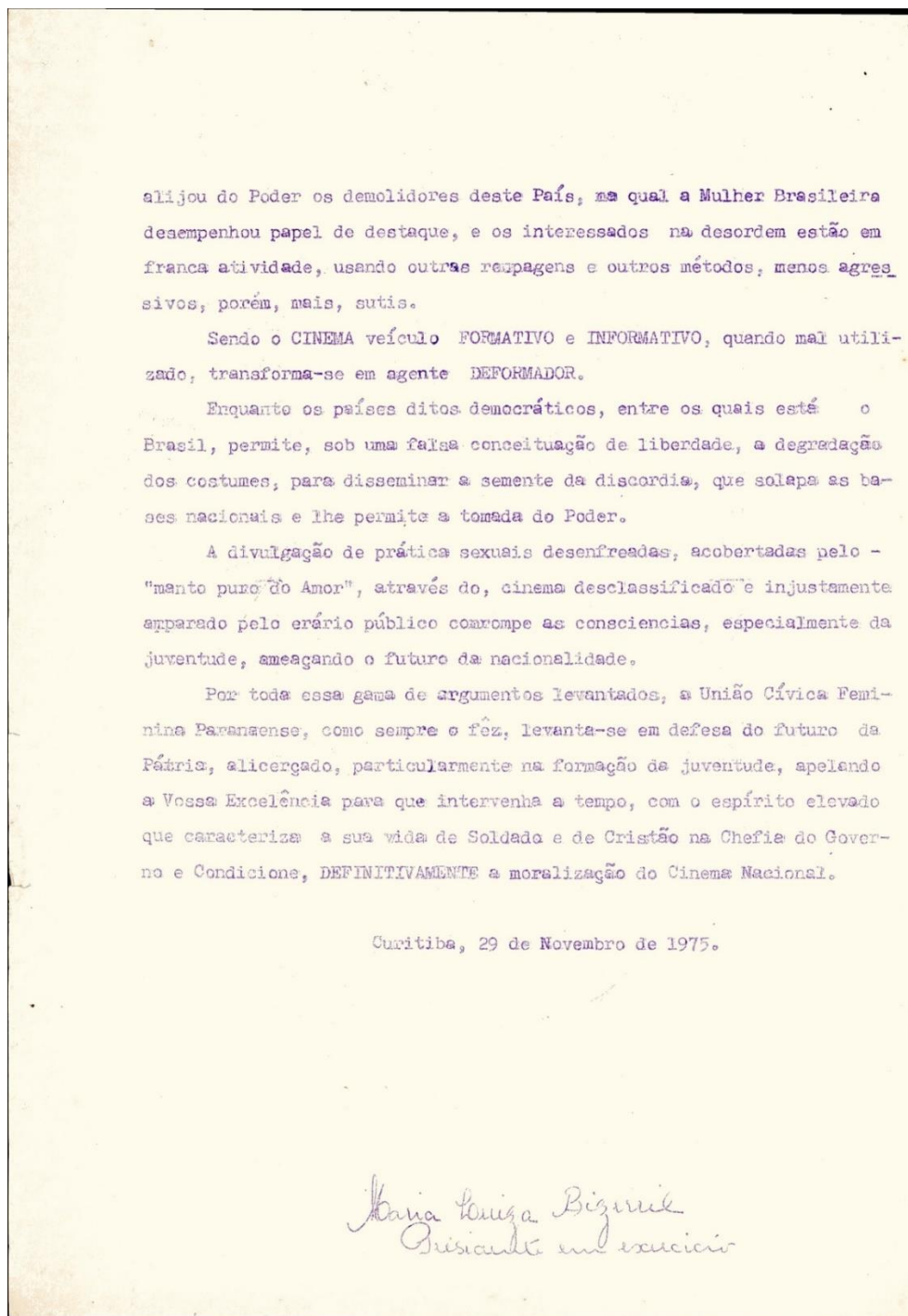
Senhor Presidente:

A UNIÃO CÍVICA FEMININA PARANAENSE, interpretando os legítimos sentimentos da mulher do Paraná, que, são sem dúvida, os mesmos da Mulher Brasileira, vivamente preocupada com o futuro da Pátria, pede venia a Vossa Excelência e solicita a sua atenção para a grave ameaça que a degradação do cinema brasileiro representa à formação da nacionalidade.

Esta entidade já expressou o seu ponto de vista a respeito em manifesto anterior, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, com cópia a toda Bancada Paranaense no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, bem como às Excelentíssimas Autoridades / dos Três Poderes da República, inclusive Vossa Excelência. Retomando agora, com redobrados sentimentos, face aos rumos a que está sendo conduzido esse importante setor educacional, no momento em que a defesa apresentada pelo ilustre Senador Paranaense Professor Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho - é boicotado pelo líder do Governo naquela Casa Legislativa, Senador PETRONIO PORTELA.

A União Cívica Feminina Paranaense não consegue entender como possa o Líder de um Governo do quilato do de Vossa Excelência, adotar tal comportamento. Somente o desejo de quem como Governador do Paraná, em 18 de Abril de 1964, levantara sua voz em defesa de um governo que se caracterizou pela ineficiência, pelos desmandos e pela corrupção, a serviço de interesses escusos, pode justificar a posição assumida.

Onze anos decorridos, que a revolução redentora em boa hora -



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Paraná, 2026.

Submetido em março de 2026
Aprovado em maio de 2026

Informações dos autores

Lucas Fíngolo Claras
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)
E-mail: lucas.claras@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5171-7448>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7474114253568764>

Rosa Lydia Teixeira Corrêa
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)
E-mail: rosa_lydia@uol.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6416-4990>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4068637625072604>